

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 4ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, EM SÉRIE
ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E
LUZ**

ENTRE

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ

CPFL ENERGIA S.A.

e

**APORTE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
LTDA.**

18 DE JUNHO DE 2009



VISA VO

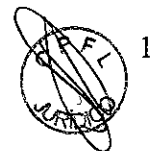
9891901

INSTRUMENTO

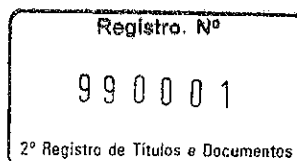
DE ESCRITURA

DE TÍTULOS E VALORES

MOBILIÁRIOS



1



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 4ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ.

Pelo presente instrumento, de um lado

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ, sociedade por ações com sede na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, à Rodovia Campinas Mogi-Mirim, nº 1.755, Km 2,5 - parte, Jardim Santana, CEP 13088-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.050.196/0001-88, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("CPFL Paulista", "Emissora" ou "Companhia");

e, de outro lado,

APORTE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., sociedade limitada com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, à Avenida Getúlio Vargas, 1300 – 18º andar, Bairro Funcionários, CEP 30112-021, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 62.090.873/0001.90, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("Agente Fiduciário"),

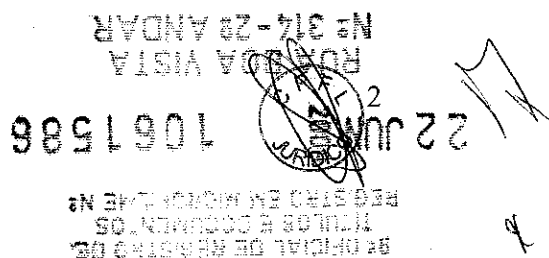
e, como interveniente,

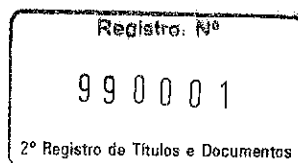
CPFL ENERGIA S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho nº 1.510, 14º andar, conjunto 1.402, inscrita no CNPJ/MF nº 02.429.144/0001-93, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("CPFL Energia" ou "Garantidora"),

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, em Série Única, para Distribuição Pública, da Companhia Paulista de Força e Luz ("Escritura"), mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA I
AUTORIZAÇÃO**

A presente Escritura é firmada com base na deliberação da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 29 de maio de 2009 ("RCA"), na qual foram deliberadas as condições da Emissão, conforme disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").





2.4. Registro da Fiança da Garantidora

Em virtude da fiança a que se refere o item 3.9 da Cláusula III abaixo, a ser prestada pela Garantidora em benefício dos Debenturistas, a presente Escritura será registrada no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos nas Cidades de São Paulo e Belo Horizonte, Estado de São Paulo e Estado de Minas Gerais, respectivamente, em até 10 dias úteis a contar da data de assinatura desta Escritura. Após tais registros a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário uma via original devidamente registrada.

2.5. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento

A Emissão das Debêntures será submetida a análise prévia da ANBID, e a Oferta será registrada na CVM nos termos da Instrução CVM 471, do Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para Atividades Conveniadas ("Código ANBID").

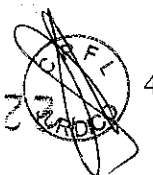
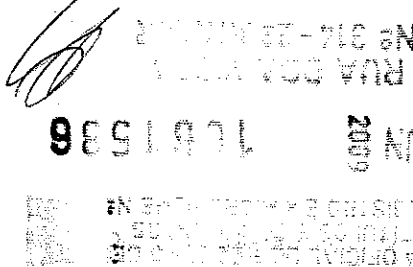
2.6. Registro para Colocação e Negociação

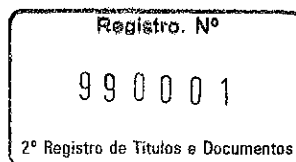
As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário: (i) no SDT – Módulo de Distribuição de Títulos, e no SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (ii) no DDA – Sistema de Distribuição de Ativos e no Sistema BOVESPAFIX ("BOVESPAFIX"), ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sendo processadas pela BM&FBOVESPA a custódia das Debêntures, a liquidação financeira da Oferta e a negociação das Debêntures.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

De acordo com seu Estatuto Social, a Emissora tem como objeto social: (i) a prestação de serviço público de distribuição de energia elétrica; (ii) a comercialização de energia elétrica; (iii) participação individual ou consorciadamente, em empreendimentos que visem a outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive na exploração de atividades derivadas direta ou indiretamente da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora; e (iv) participação no capital de outras sociedades.





3.2. Número da Emissão

A presente Escritura constitui a 4ª Emissão de Debêntures da Emissora.

3.3. Valor Total da Emissão

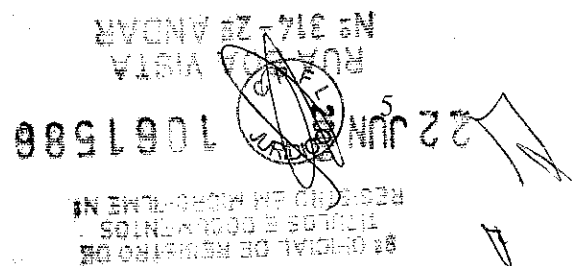
O valor total da Emissão é de R\$175.000.000,00 (cento e setenta e cinco milhões de reais) na Data de Emissão.

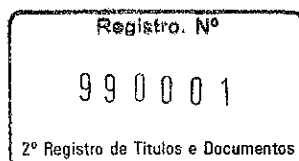
3.4. Número de Séries

A Emissão será realizada em uma única série.

3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

- 3.5.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação do HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários (“HSBC”) e do Banco UBS Pactual S.A. (“UBS Pactual” e, em conjunto com o HSBC, “Coordenadores”). Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo que os Coordenadores, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizarão plano de distribuição, tendo como público alvo fundos de investimento, fundos de pensão, administradores de recursos de terceiros, instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização e outros investidores considerados institucionais ou qualificados, incluindo, mas não se limitando a pessoas físicas, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, conforme definidas no Contrato de Distribuição Pública, sob Regime de Garantia Firme de Colocação da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, da Companhia Paulista de Força e Luz celebrado pela Emissora e os Coordenadores (“Contrato de Distribuição”).
- 3.5.2 A distribuição pública das Debêntures somente terá início após o registro da Emissão pela CVM, a publicação do anúncio de início (“Anúncio de Início”) e a disponibilização para os investidores do Prospecto Definitivo (“Prospecto Definitivo”), nos termos da Instrução CVM 400.
- 3.5.3 Os Coordenadores realizarão a distribuição pública das Debêntures, sob o regime de garantia firme, válida até o dia 24 de agosto de 2009 (“Prazo de Distribuição”).





3.2. Número da Emissão

A presente Escritura constitui a 4ª Emissão de Debêntures da Emissora.

3.3. Valor Total da Emissão

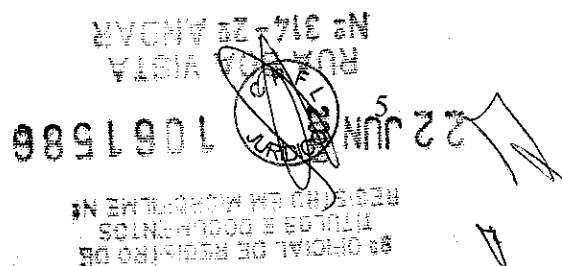
O valor total da Emissão é de R\$175.000.000,00 (cento e setenta e cinco milhões de reais) na Data de Emissão.

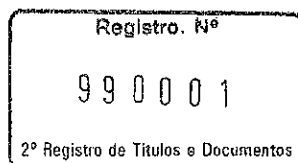
3.4. Número de Séries

A Emissão será realizada em uma única série.

3.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

- 3.5.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação do HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários (“HSBC”) e do Banco UBS Pactual S.A. (“UBS Pactual” e, em conjunto com o HSBC, “Coordenadores”). Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo que os Coordenadores, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizarão plano de distribuição, tendo como público alvo fundos de investimento, fundos de pensão, administradores de recursos de terceiros, instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização e outros investidores considerados institucionais ou qualificados, incluindo, mas não se limitando a pessoas físicas, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, conforme definidas no Contrato de Distribuição Pública, sob Regime de Garantia Firme de Colocação da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Subordinada, da Companhia Paulista de Força e Luz celebrado pela Emissora e os Coordenadores (“Contrato de Distribuição”).
- 3.5.2 A distribuição pública das Debêntures somente terá início após o registro da Emissão pela CVM, a publicação do anúncio de início (“Anúncio de Início”) e a disponibilização para os investidores do Prospecto Definitivo (“Prospecto Definitivo”), nos termos da Instrução CVM 400.
- 3.5.3 Os Coordenadores realizarão a distribuição pública das Debêntures, sob o regime de garantia firme, válida até o dia 24 de agosto de 2009 (“Prazo de Distribuição”).





3.5.4 Será adotado o Procedimento de *Bookbuilding*, organizado pelos Coordenadores, por meio da coleta de intenções de investimento, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 23 e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos para a definição da quantidade de Debêntures e da respectiva taxa de Remuneração.

3.5.5 O investimento nas Debêntures não é adequado aos investidores que: (i) não tenham profundo conhecimento dos riscos envolvidos na operação ou que não tenham acesso à consultoria especializada; e (ii) necessitem de liquidez considerável com relação aos títulos adquiridos, uma vez que a negociação de Debêntures no mercado secundário brasileiro é restrita.

3.6. Limite da Emissão

3.6.1. A Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que as Debêntures são da espécie subordinada.

3.7. Banco Mandatário e Escriturador

3.7.1. O banco mandatário e escriturador da Emissão será o Banco Bradesco S.A. ("Banco Mandatário" e "Banco Escriturador").

3.8. Destinação dos Recursos

3.8.1. Os recursos oriundos da captação por meio da Emissão de Debêntures são destinados obrigatoriamente para o resgate das notas promissórias comerciais da 1ª Emissão da Emissora, registradas perante a CVM em 20 de abril de 2009.

3.9. Garantia Fidejussória

3.9.1 Como garantia do fiel e pontual pagamento das Debêntures, a Garantidora presta fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se solidariamente como fiadora e principal pagadora pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos desta Escritura, nos termos descritos a seguir.

3.9.2 A Garantidora declara-se neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadora e principal pagadora do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, na Data de Emissão, acrescido da Remuneração e dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais

9891901

22

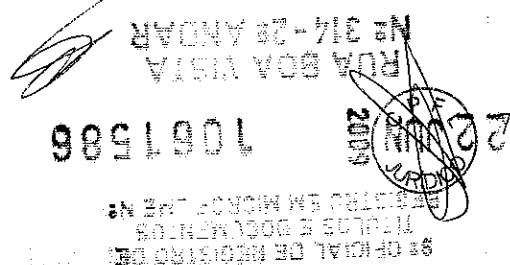
INSTRUMENTO DE FIDUCIARIEDADE
501054-01
BO 001/2009

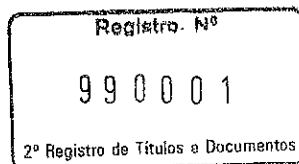




obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, inclusive, mas não limitado, àquelas devidas ao Agente Fiduciário (“Valor Garantido”).

- 3.9.3 O Valor Garantido será pago pela Garantidora no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário à Garantidora informando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura, incluindo, mas não se limitando aos montantes devidos aos titulares das Debêntures a título de principal, Remuneração ou encargos de qualquer natureza. Os pagamentos serão realizados pela Garantidora de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura.
- 3.9.4 A Garantidora expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 827, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839, todos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Código Civil”) e artigo 595, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada (“Código de Processo Civil”).
- 3.9.5 A Garantidora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a fiança objeto deste item 3.9.
- 3.9.6 A presente fiança entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o pagamento integral do Valor Garantido.
- 3.9.7 A Garantidora desde já reconhece como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do pagamento integral do Valor Garantido.
- 3.9.8 A fiança de que trata este item foi devidamente aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Garantidora, conforme prevê o artigo 18, alínea (u) do seu Estatuto Social, realizada em 27 de maio de 2009 cuja ata será arquivada na JUCESP e foi publicada nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Valor Econômico em 30 de maio de 2009 e 1º de junho de 2009, respectivamente.
- 3.9.9 A presente fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes for necessário até a integral liquidação do Valor Garantido.





- 3.9.10 A garantia fidejussória concedida à emissão de debêntures foi feita com base nas informações financeiras da Emissora e da Garantidora contempladas no Prospecto Preliminar ("Prospecto Preliminar") e no Prospecto Definitivo (em conjunto com o Prospecto Preliminar, "Prospectos") divulgados ao mercado.

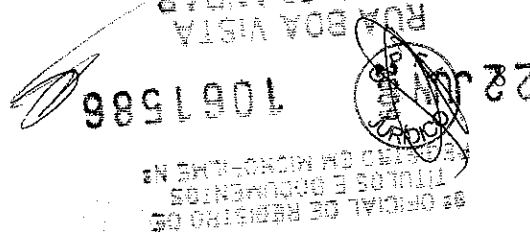
CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

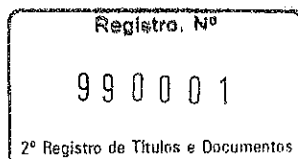
4.1. Características Básicas

- 4.1.1 **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos, a data de Emissão das Debêntures será o dia 1º de julho de 2009 ("Data de Emissão").
- 4.1.2 **Conversibilidade, Tipo e Forma:** simples, não conversíveis em ações, escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas e certificados.
- 4.1.3 **Espécie:** As Debêntures serão da espécie subordinada.
- 4.1.4 **Prazo e Data de Vencimento:** As Debêntures terão prazo de vencimento de 2 (dois) anos contados da Data de Emissão, com vencimento em 1º de julho 2011 ("Data de Vencimento"). Na respectiva Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures que ainda estiverem em circulação, pelo seu Valor Nominal Unitário (conforme definido em 4.1.5. desta Escritura), acrescido da remuneração de que trata a Cláusula 4.2. abaixo, calculada *pro rata temporis*, a partir da última data de pagamento da referida remuneração.
- 4.1.5 **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (um mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").
- 4.1.5.1 *Atualização:* O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado ou corrigido por qualquer índice ou taxa.
- 4.1.6 **Quantidade de Debêntures Emitidas:** Serão emitidas 175.000 (cento e setenta e cinco mil) Debêntures, totalizando R\$175.000.000,00 (cento e setenta e cinco milhões de reais) na Data de Emissão.

4.2. Remuneração

- 4.2.1 A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus a uma remuneração ("Remuneração") que contemplará juros remuneratórios incidentes sobre





seu Valor Nominal Unitário. As Debêntures renderão juros correspondentes a um percentual da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, extra-grupo (“Taxa DI”), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, a ser definido em Procedimento de *Bookbuilding* (conforme abaixo definido), observada a remuneração máxima correspondente a 125,00% (cento e vinte e cinco por cento) da Taxa DI. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa pro *rata temporis*, por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou a última data de pagamento da remuneração, conforme o caso, até a Data de Vencimento, e pagos ao final de cada período de capitalização, conforme definido no item 4.2.2 abaixo.

4.2.2 Fórmula de Cálculo da Remuneração. O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

onde:

J - Valor unitário dos juros remuneratórios, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento, devidos no final do Período de Capitalização.

VNe - Valor nominal de emissão ou saldo do valor nominal da Debênture informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento.

Fator DI - produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até data de término do Período de Capitalização, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^n \left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$$

onde:

k – Número de ordem da Taxa DI, variando de 1 (um) até *n*.

n - Número total de Taxas DI, sendo “*n*” um número inteiro.

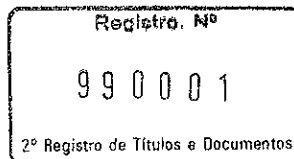
p – percentual aplicado sobre a Taxa DI, informado com duas casas decimais.



9851901

ENCERTELA
SOLUÇÕES
E SERVIÇOS





TDI_k - Taxa DI de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k - Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

O fator resultante da expressão $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante do produtório “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

“Período de Capitalização”: significa o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, nos casos dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração, exclusive, correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

4.2.3 Se, a qualquer tempo durante a vigência da Debênture, não houver divulgação da Taxa DI, será aplicada a última Taxa DI disponível, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os detentores das Debêntures quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos itens abaixo quanto à definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures.

4.2.4 No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Taxa DI, ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar do evento, realizar a Assembléia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados na Cláusula 10.1 desta



98



10

Handwritten signature and the number 4



Escritura), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de Remuneração a ser aplicado.

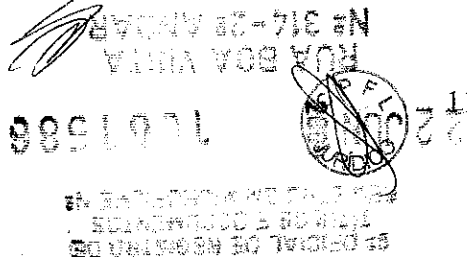
- 4.2.5 Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 10.2.2. desta Escritura, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembléia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada pro rata temporis, a partir da Data de Emissão ou da data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.
- 4.2.6 A Remuneração será definida em procedimento de coleta de intenção de investimento, conduzido pelos Coordenadores, para verificação, junto aos investidores, da demanda pelas Debêntures em diferentes níveis de taxa de juros, observada a remuneração máxima correspondente a 125,00% (cento e vinte e cinco por cento) da Taxa DI ("Procedimento de Bookbuilding").
- 4.2.7 O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será (i) ratificado em reunião do Conselho de Administração da Emissora cuja ata da reunião será devidamente arquivada na JUCESP e publicada nos jornais (a) Diário Oficial do Estado de São Paulo; (b) Correio Popular de Campinas; e (c) Valor Econômico (ii) objeto de aditamento da Escritura; e (iii) divulgado nos termos do parágrafo 2º do artigo 23 da Instrução CVM 400.

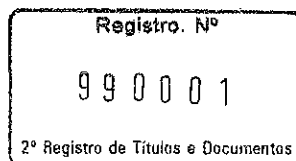
4.3. Pagamento da Remuneração

O pagamento da Remuneração será feito semestralmente, contado da Data de Emissão, sendo, portanto, o primeiro pagamento devido em 1º de janeiro de 2010 e os pagamentos subsequentes no dia 1º de janeiro e 1º de julho de cada ano e o último pagamento na Data de Vencimento.

4.4. Amortização

As Debêntures serão amortizadas em duas parcelas, sendo que a primeira amortização ocorrerá em 1º de julho de 2010 e corresponderá a um pagamento equivalente a 37,14% (trinta e sete inteiros e quatorze centésimos por cento) do Valor Nominal Unitário, e a segunda amortização ocorrerá na Data de Vencimento, e corresponderá ao saldo devedor das Debêntures em circulação à época.





4.5. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela Central Depositária da BM&FBOVESPA, para as Debêntures registradas no BOVESPAFIX; ou (ii) os procedimentos adotados pela CETIP, para as debêntures registradas no SND; ou (iii) para os titulares de Debêntures da Emissão que não estejam vinculados a esses sistemas, por meio do Banco Mandatário da presente Emissão.

4.6. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP ou pela Central Depositária da BM&FBOVESPA, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.7. Encargos Moratórios

Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a (i) juros de mora calculados desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, pela taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial; e (ii) multa moratória convencional, irredutível e de natureza compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago.

4.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.7. acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.



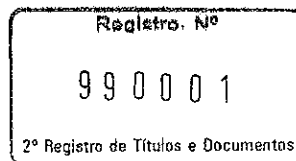
2014-07-15
RUA DOA RUA

8891001

2

12

2014-07-15
RUA DOA RUA



4.9. Forma de Subscrição e Integralização

A integralização será realizada à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional;

4.10. Preço de Subscrição

As Debêntures serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de integralização, de acordo com o disposto na Cláusula 4.2 desta Escritura.

4.11. Repactuação

Não haverá repactuação das Debêntures.

4.12. Publicidade

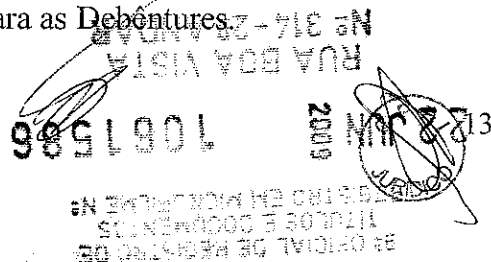
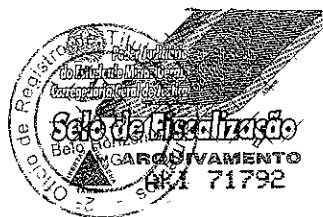
Os atos societários da Emissora serão publicados nos jornais usualmente utilizados pela Emissora, quais sejam: o (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo; e (ii) Correio Popular de Campinas. Não obstante, todas as publicações, exceto atos societários, que tiverem relação com a Emissora ou envolvam interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos ou anúncios, no (i) Diário Oficial do Estado de São Paulo; (ii) Correio Popular de Campinas; e (iii) jornal Valor Econômico, edição nacional, bem como na página da Emissora na rede internacional de computadores – *internet* (<http://www.cpfl.com.br>). Caso seja publicado na forma de resumo, o inteiro teor do anúncio de início de distribuição das Debêntures constará da página da Emissora na *internet*, no endereço acima referido.

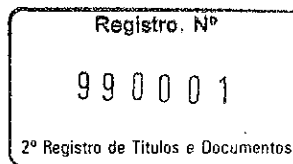
4.13. Comprovação de Titularidade das Debêntures

A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato, expedido pela CETIP, em nome do Debenturista, quando esses títulos estiverem depositados no SND. Para as Debêntures depositadas na Central Depositária da BM&FBOVESPA, será emitido, pela Central Depositária da BM&FBOVESPA, extrato de custódia em nome do Debenturista.

4.14. Liquidez e Estabilização

Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.





4.15. Imunidade de Debenturistas

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

CLÁUSULA V ADITAMENTO À PRESENTE ESCRITURA

Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser firmados pela Emissora, pela Garantidora e pelo Agente Fiduciário e posteriormente arquivados na JUCESP e registrados no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos nas Cidades de São Paulo e Belo Horizonte, Estado de São Paulo e Estado de Minas Gerais, respectivamente, e enviados à CVM.

CLÁUSULA VI RESGATE ANTECIPADO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

6.1. Resgate Antecipado

Não haverá resgate antecipado facultativo.

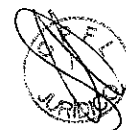
6.2. Aquisição Facultativa

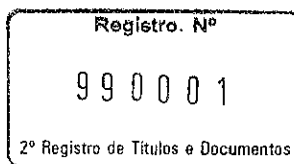
A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação.



98915

ANEXO
SOL
2001





CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. Observado o disposto nos itens 7.1.1 a 7.1.5 abaixo, os titulares das Debêntures terão o direito de declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e de exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, ou da data do último pagamento da Remuneração, até a data do seu efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial na ocorrência das seguintes hipóteses:

- (a) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora e/ou a Garantidora, no mercado local ou internacional em valor, individual ou agregado, superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), salvo se no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados do referido protesto, (a) seja validamente comprovado pela Emissora que o(s) protesto(s) foi/foram efetuado(s) por erro ou má-fé de terceiros; (b) for/forem cancelado(s), ou ainda, (c) forem prestadas garantias em juízo;
- (b) pedido por parte da Emissora e/ou da Garantidora de qualquer plano de recuperação judicial ou extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Emissora e/ou a Garantidora ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; ou, ainda, se a Emissora e/ou a Garantidora formular pedido de autofalência;
- (c) alteração do atual controle da Emissora ou da Garantidora, sem prévia aprovação dos titulares das Debêntures, excetuada a hipótese de alteração do controle da Emissora ou da Garantidora desde que, após a conclusão da referida operação, ao menos um dos seguintes acionistas: Camargo Corrêa Energia S.A. ou Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ, permaneça, direta ou indiretamente, no bloco de controle da CPFL Energia S.A. e da Emissora;
- (d) liquidação, dissolução, extinção ou decretação de falência da Emissora e/ou da Garantidora;
- (e) não pagamento, pela Emissora ou pela Garantidora, das obrigações pecuniárias devidas aos titulares de Debêntures, não sanado no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de vencimento respectiva;

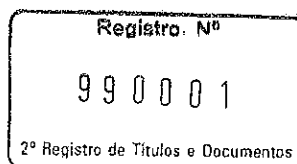


98

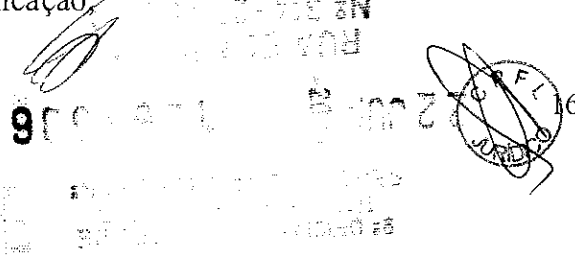
22 JUN 2015

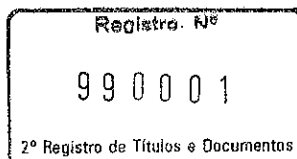


15



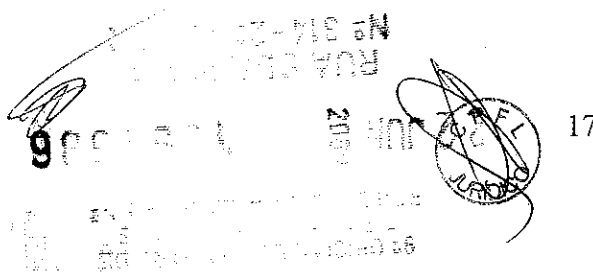
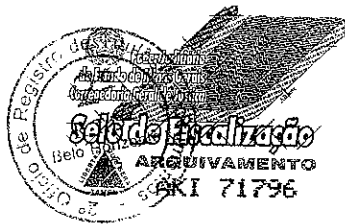
- (f) deliberação de redução de capital social da Emissora e/ou da Garantidora por seus respectivos acionistas, após a data do registro da Emissão perante a CVM e antes da Data de Vencimento, sem a prévia anuência dos titulares de Debêntures, nos termos previstos no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;
- (g) pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio pela Emissora caso a Emissora esteja inadimplente com as suas obrigações pecuniárias referentes às Debêntures;
- (h) pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio pela Garantidora, caso a Garantidora esteja inadimplente com as suas obrigações pecuniárias referentes às Debêntures;
- (i) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e/ou da Garantidora e não devidamente elidido pela Emissora e/ou pela Garantidora no prazo de 30 (trinta) dias corridos;
- (j) não pagamento na data de vencimento original ou vencimento antecipado, de quaisquer obrigações financeiras da Emissora e/ou da Garantidora, no mercado local ou internacional em valor, individual ou agregado, superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ressalvada a hipótese de a Emissora e/ou Garantidora, por meio de qualquer medida judicial ou arbitral cabível, contestar e evitar a formalização do referido vencimento antecipado ou inadimplemento em até 3 (três) dias úteis, sem que para tanto tenha que garantir o juízo com pecúnia ou outros bens em valor correspondente ao montante acima destacado;
- (k) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora e/ou Garantidora, em valor agregado igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas no prazo de até 30 (trinta) dias corridos da data estipulada para pagamento;
- (l) transformação da Emissora em sociedade limitada;
- (m) perda ou cassação, por qualquer motivo, da concessão para exploração dos serviços de distribuição de energia elétrica, de que a Emissora é titular nos termos do Contrato de Concessão para Distribuição de Energia Elétrica n.º 14/97, celebrado pela Emissora e pela União Federal em 20 de novembro de 1997, desde que tal perda ou cassação não seja revertida no prazo de 30 (trinta) dias contados de sua verificação;

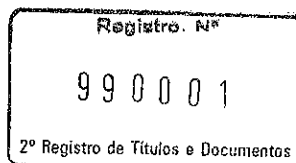




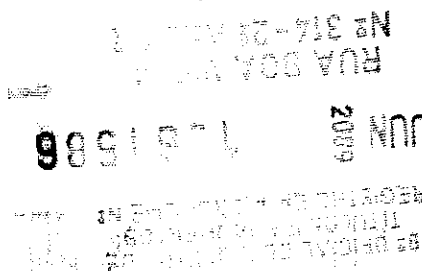
- (n) falta de cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura não sanada em 30 (trinta) dias corridos contados da data do recebimento pela Emissora de aviso escrito que lhe for enviado por qualquer dos titulares das Debêntures ou pelo Agente Fiduciário; e
- (o) não observância pela Emissora por 2 (dois) trimestres consecutivos dos seguintes índices e limites financeiros, calculados com base nas informações financeiras não-consolidadas (controladora) da Emissora dos 12 (doze) últimos meses, ao final de cada trimestre, em até 15 (quinze) dias após a divulgação à CVM das respectivas demonstrações financeiras da Emissora, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures:
- (i) relação entre Dívida Líquida da Emissora e EBITDA da Emissora menor ou igual a 3,0 (três inteiros) vezes. Para os fins deste item (i), considera-se como “Dívida Líquida” o endividamento oneroso total, menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras da Emissora. Estão incluídas neste cálculo as posições líquidas de derivativos. Está excluída deste cálculo confissão de dívida junto à entidade de previdência privada, e considera-se como “EBITDA” (*Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization*) da Emissora, o lucro da Emissora antes de juros, tributos, amortização e depreciação no período de 12 (doze) meses anteriores ao fechamento de cada trimestre; e
 - (ii) relação entre EBITDA da Emissora e Resultado Financeiro da Emissora maior ou igual a 2,25 (dois inteiros e vinte e cinco centésimos) vezes. Para os fins deste item (ii), considera-se como “Resultado Financeiro” da Emissora, a diferença entre receitas financeiras e despesas financeiras no período de 12 (doze) meses anteriores ao fechamento de cada trimestre, das quais deverão ser excluídos, para efeito da apuração dos compromissos financeiros, os juros sobre capital próprio. O Resultado Financeiro será apurado em módulo se for negativo e, se for positivo, não será considerado para cálculo. Estão excluídos deste cálculo os juros efetivamente desembolsados e/ou provisionados por conta de confissão de dívida junto à entidade de previdência privada, bem como variações cambiais e monetárias sobre dívidas e caixa, e por fim as despesas oriundas de provisões que não tiveram impacto no fluxo de caixa da Emissora, mas apenas registro contábil.

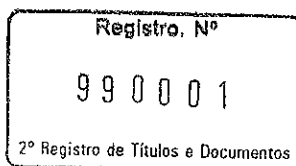
7.1.1 Os valores mencionados nas alíneas do item 7.1, (a), (j) e (k) acima não serão reajustados ou corrigidos.





- 7.1.2 A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (b), (d), (e), (i), (l) e (m) acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta ao respectivo detentor, ficando o vencimento condicionado à entrega de notificação nesse sentido, pelo Agente Fiduciário à Emissora. Na ocorrência dos eventos previstos nas alíneas (a), (c), (f), (g), (h), (j), (k), (n) e (o) do item 7.1. acima, deverá ser convocada, pelo Agente Fiduciário, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que o Agente Fiduciário tomar conhecimento do evento, Assembléia dos titulares das Debêntures, para deliberar sobre o eventual Vencimento Antecipado das Debêntures. A Assembléia dos titulares das Debêntures a que se refere este item deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da data da primeira convocação, ou no prazo de 8 (oito) dias corridos, a contar da data da segunda convocação, se aplicável.
- 7.1.3 Na Assembléia mencionada no item 7.1.2 acima, que será instalada de acordo com os procedimentos e quorum previsto na Cláusula Décima desta Escritura, os titulares das Debêntures poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.
- 7.1.4 Na hipótese (i) de não instalação da Assembléia dos titulares das Debêntures mencionada no item 7.1.2 acima por falta de quorum, ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista no item 7.1.3 acima por titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, o Agente Fiduciário deverá declarar o Vencimento Antecipado das Debêntures.
- 7.1.5 Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, em até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento, pela Emissora, de comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolizada no endereço constante da Cláusula Décima Segunda desta Escritura, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.7. acima.



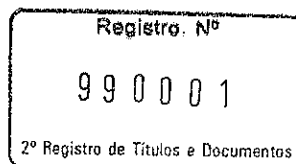


CLÁUSULA VIII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

8.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

- (a) fornecer ao Agente Fiduciário:
- (i) após 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, (i) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao exercício social então encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, caso não estejam disponíveis no site da CVM, (ii) Demonstração Financeiras completas da Garantidora relativas ao exercício social então encerrado para fins de acompanhamento da garantia fidejussória, caso não estejam disponíveis no site da CVM;
 - (ii) após 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre do exercício social, (a) cópia de suas informações financeiras relativas ao respectivo trimestre, caso não estejam disponíveis no site da CVM; e (b) outras informações financeiras que sejam necessárias para os cálculos a que se refere o item 7.1. (o) desta Escritura;
 - (iii) cópias das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM 202, de 06 de dezembro de 1993 (“Instrução CVM 202”), nos prazos ali previstos, caso não estejam disponíveis no site da CVM;
 - (iv) com a maior brevidade possível, qualquer informação relacionada com a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário;
 - (v) confirmar, por escrito, ao Agente Fiduciário, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva solicitação, de que esta adimplente com suas obrigações, nos termos estabelecidos nesta Escritura; e
 - (vi) informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados na Cláusula Sétima acima, na mesma data em que tomar ciência de sua ocorrência;
- (b) proceder à adequada publicidade de suas informações econômico-financeiras, nos termos da Lei das Sociedades por Ações;





- (c) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (d) convocar, nos termos do Cláusula Décima desta Escritura, Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (e) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas por aquela autarquia e/ou pela CETIP ou pela BM&FBOVESPA;
- (f) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente registrada junto à CVM;
- (g) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos da Instrução CVM 202;
- (h) manter em adequado funcionamento serviço de atendimento aos Debenturistas, para assegurar-lhes tratamento eficiente, ou contratar instituições autorizadas a prestar este serviço;
- (i) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições (financeiras ou outras) ou nos negócios da Emissora que possa impossibilitar ou dificultar, de forma relevante, o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures;
- (j) manter seguros conforme as práticas usualmente adotadas no setor de de atuação da Emissora;
- (k) não praticar qualquer ato em desacordo com seu estatuto social e esta Escritura;
- (l) comunicar ao Agente Fiduciário qualquer ocorrência que importe em modificação da utilização dos recursos, conforme previsto na Cláusula 3.8 acima;
- (m) manter válidas e regulares as licenças, concessões ou aprovações necessárias ao regular funcionamento da Emissora, exceto no que se referir a licenças, concessões ou aprovações cuja perda, revogação ou cancelamento não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures;

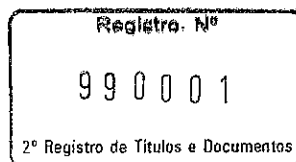


9891071

2009

20

ANEXO 01/09/09
SO 01/09/09
GO 01/09/09



- (n) manter válidas e regulares as licenças ambientais relevantes pertinentes às suas atividades, bem como cumprir todas as exigências técnicas nelas estabelecidas, exceto no que se referir a licenças cuja perda, revogação ou cancelamento não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures;
- (o) exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;
- (p) enquanto as Debêntures estiverem em circulação, não efetuar qualquer alteração substancial na natureza de seus negócios, conforme conduzidos nesta data;
- (q) contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo o Agente Fiduciário, a Instituição Depositária e os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND e BOVESPAFIX);
- (r) contratar e manter contratadas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, agências de *rating* que divulguem relatórios, com periodicidade pelo menos anual, com a súmula da classificação de risco das Debêntures;
- (s) encaminhar a súmula que trata a alínea “r” acima para o Agente Fiduciário na mesma data de sua divulgação;
- (t) aplicar os recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures estritamente conforme descrito na Cláusula 3.8 acima;
- (u) cumprir, em todos os aspectos materiais, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;



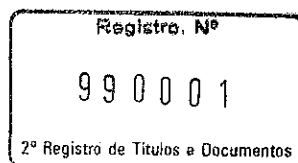
RUA DOA VISTA
Nº 317 - 28 ANDAR

1061586

2009

21

INSTRUMENTO DE CANCELAMENTO
DE TÍTULO DE CANCELAMENTO
DE TÍTULO DE CANCELAMENTO



CLÁUSULA IX AGENTE FIDUCIÁRIO

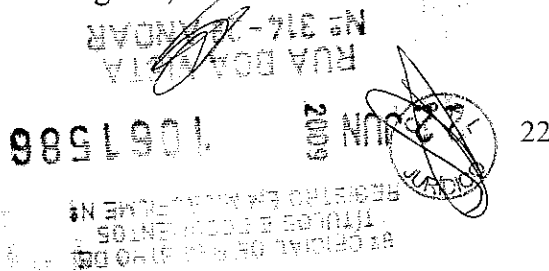
9.1. Nomeação

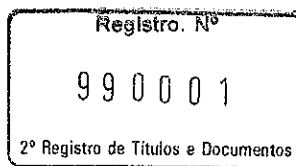
A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário da Emissão objeto desta Escritura, **Aporte Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, qualificado no preâmbulo desta Escritura, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão dos Debenturistas.

9.2. Declaração

9.2.1 O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- (a) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28 de 23 de novembro de 1983 (“Instrução CVM 28”), para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (e) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;
- (f) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (g) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (h) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;





- (i) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (j) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (k) que verificou a existência da garantia fidejussória prestada pela Garantidora nos termos da Cláusula 3.9 acima, tendo analisado os documentos necessários para sua validade e eficácia;
- (l) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura; e
- (m) que verificou a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, conforme disposto na Cláusula 3.6 da presente Escritura.

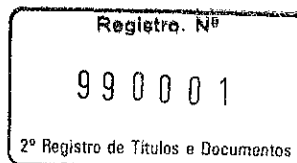
9.3. Substituição

- 9.3.1 Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, morte, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembléia Geral de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 9.3.6 abaixo.
- 9.3.2 Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.
- 9.3.3 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembléia especialmente convocada para esse fim. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação



9951571

23



prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28; e eventuais normas posteriores.

- 9.3.4 A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura, devendo o mesmo ser arquivado na JUCESP.
- 9.3.5 O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a data de vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.
- 9.3.6 Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função com agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembléia Geral de Debenturistas.
- 9.3.7 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito, baixados por ato(s) da CVM.

9.4. Deveres

Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- (b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, ~~sanando~~ ^{sanando} as lacunas e



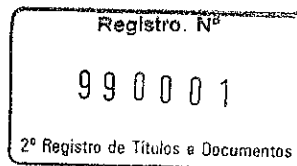
9991901

2009

JUN 22

24

2009 JUN 22 15:00
JUCESP
2009 JUN 22 15:00
JUCESP



irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, sendo que tal solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria;
- (j) convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos na Cláusula 4.12., respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;
- (k) comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (l) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b) da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

1.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;

1.2) alterações estatutárias ocorridas no período;

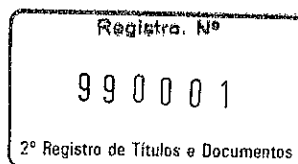
1.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;



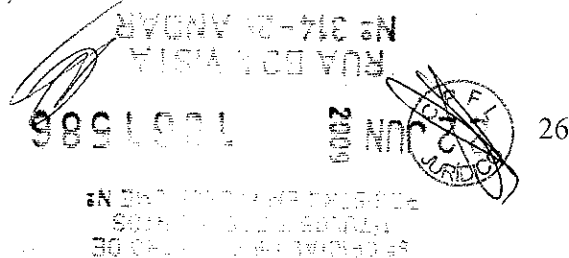
25/01/2009 15:00

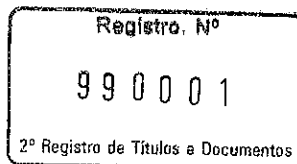
2009 15:00

4



- 1.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - 1.5) constituição e aplicações do fundo de amortização de debêntures, quando for o caso;
 - 1.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - 1.7) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - 1.8) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora neste instrumento, inclusive quanto à manutenção dos índices financeiros previstos na Cláusula 7.1;
 - 1.9) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e
 - 1.10) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora.
- (m) disponibilizar o relatório de que trata o inciso “l” aos Debenturistas no prazo máximo de 04 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- m.1) na sede da Emissora;
 - m.2) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
 - m.3) na CVM;
 - m.4) na BM&FBOVESPA e na CETIP; e
 - m.5) na sede da instituição intermediária líder responsável pela colocação das Debêntures.
- (n) publicar, nos órgãos da imprensa referidos na Cláusula 4.12., anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no inciso “m”;





- (o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Escriurador, à Central Depositária da BM&FBOVESPA e à CETIP;
- (p) administrar os recursos oriundos da emissão de Debêntures na ocorrência da hipótese prevista no parágrafo 2º, artigo 60, da Lei das Sociedades por Ações;
- (q) verificar a regularidade da constituição da garantia prestada pela Garantidora, nos termos da Cláusula 3.9 acima, observando a manutenção de sua suficiência e exeqüibilidade;
- (r) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer; e
- (s) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

s.1) à CVM; e

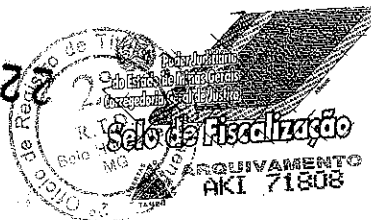
s.2) à BM&FBOVESPA, à Central Depositária da BM&FBOVESPA e à CETIP;

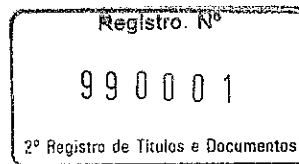
- (t) calcular trimestralmente os índices financeiros previstos na Cláusula 7.1(o) acima e informar imediatamente os Debenturistas de qualquer descumprimento dos referidos índices financeiros; e
- (u) encaminhar à ANBID o relatório de avaliação (*rating*) de riscos das Debêntures objeto da atualização, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da data de seu recebimento.

9.5. Atribuições Específicas

- 9.5.1 O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo em caso de inadimplemento da Emissora:

1081586
2009
22 JUN 2009
Nº 312-21 ANDAR
VIA VOTAÇÃO





- (a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (c) requerer a falência da Emissora; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.5.2 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (c) da Cláusula 9.5.1. se, convocada a Assembléia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (d) da Cláusula 9.5.1.

9.6. Remuneração do Agente Fiduciário

9.6.1 Será devida ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma: 2 (duas) parcelas semestrais de R\$9.000,00(nove mil reais) sendo a primeira 20 (vinte) dias após a assinatura das escrituras das debêntures e as demais após 6 (seis) meses. As referidas parcelas serão atualizadas anualmente de acordo com o Índice Geral de Preços de Mercado IGPM, divulgado pela FGV ou, na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo, e serão acrescidas dos seguintes impostos, ISS (Imposto sobre Serviços de qualquer natureza- base Sede do Agente Fiduciário, Belo Horizonte –MG, que corresponde ao valor de 2%(dois por cento), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social) e quaisquer outros impostos e despesas que venham a incidir sobre a remuneração devida ao Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda.

9.7. Despesas

9.7.1 A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

9.7.2 O ressarcimento a que se refere esta Cláusula será efetuado, em 15 (quinze)

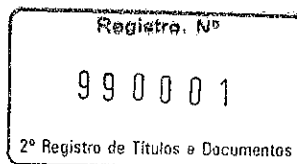


9891001

2010/02/22

28

IN ENTIPOH NE QUIPOE
SOUNDHOC E SOTALL
ED OBTENIEM DE TVICHO 10



dias úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

9.7.3 No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

9.7.4 As despesas a que se refere esta Cláusula compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

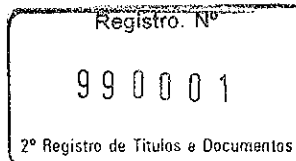
- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

9.7.5 O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas, que não tenha sido saldado na forma descrita nas Cláusulas 9.7.1 e 9.7.2 acima, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.



999100

ANEXO 1000 500000
30 de 0000 00 0000 00



CLÁUSULA X ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

À Assembléia Geral de Debenturistas aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

10.1. Convocação

10.1.1 A Assembléia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 10.2.2, ou pela CVM.

10.1.2 A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

10.1.3 As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. A Assembléia Geral de Debenturista em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembléia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

10.1.4 As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 10.2.2 abaixo, independentemente de terem comparecido à Assembléia ou do voto proferido na respectiva Assembléia Geral de Debenturistas.

10.2. Quorum de Instalação

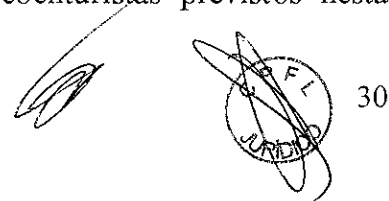
10.2.1 A Assembléia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 10.2.2 abaixo e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

10.2.2 Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da Assembléia Geral de Debenturistas previstos nesta

1061586

22 JUN 2009

SE OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MEMÓRIA



30

17



Escritura, consideram-se “Debêntures em Circulação” todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) sociedades sob controle comum ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

10.3. Quorum de Deliberação

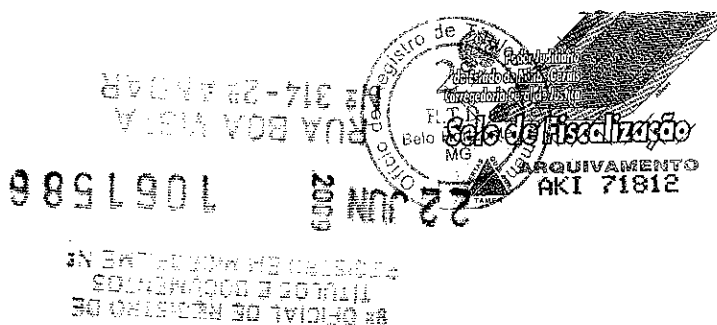
10.3.1 Nas deliberações das assembléias gerais de Debenturistas, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 10.3.2 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em assembléia geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação.

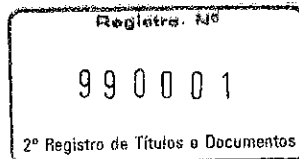
10.3.2 Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 10.3.1 acima:

- I. os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura; e
 - II. as alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação (a) da Remuneração, exceto pelo disposto na Cláusula 10.3.1 acima; (b) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura; e (c) da espécie das Debêntures.
- 10.3.3 As alterações dos quoruns estabelecidos nesta Escritura e/ou das disposições estabelecidas nesta Cláusula 10.3 deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembléia Geral de Debenturistas ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas que representem 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

CLÁUSULA XI DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DA GARANTIDORA

11.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:





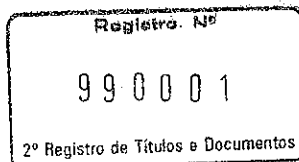
- (a) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir todas as obrigações nesta previstas, tendo, então, sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem resultarão em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos, ou (b) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (c) as obrigações assumidas nesta Escritura constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exeqüíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro;
- (d) tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas;
- (e) está cumprindo leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (f) as demonstrações financeiras da Emissora e da Garantidora representam corretamente sua posição financeira nas datas a que se referem e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (g) não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora ou à Garantidora, além daqueles mencionados nas demonstrações financeiras e informações trimestrais disponibilizadas pela Emissora à CVM e ao mercado;
- (h) manterá em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para assegurar à Emissora a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;
- (i) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora e no que se refere à garantia



990001

OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

Handwritten signature/initials.

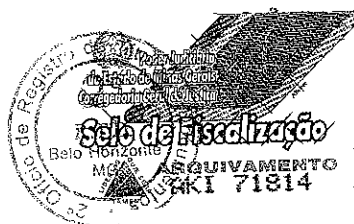


prestada pela Garantidora, tendo sido disponibilizadas, informações sobre as transações relevantes da Emissora e da Garantidora, bem como sobre os direitos e obrigações materialmente relevantes delas decorrentes;

- (j) não omitiu ou omitirá nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa das situações econômico-financeiras ou jurídicas sua e da Garantidora em prejuízo dos investidores das Debêntures;
- (k) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras.
- (l) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação a esta Emissão;
- (m) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares; e
- (n) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura.

11.2. A Garantidora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) é uma sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil;
- (b) esta Escritura constitui, e cada documento a ser entregue nos termos da presente Escritura constituirá, obrigação legal, válida, vinculante e exigível da Garantidora, exequível de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral;
- (c) a celebração da presente Escritura e a outorga da Fiança foram devidamente autorizadas pelos seus órgãos societários competentes e não infringem (i) seu Estatuto Social; ou (ii) qualquer lei ou restrição contratual que a vincule ou afete;
- (d) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Garantidora de suas



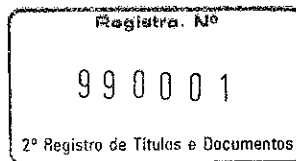
0091901

SE CIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
E CÍVIL DE REGISTRO DE
IMÓVEIS DO MUNICÍPIO DE
BELO HORIZONTE - MG
Nº 1580



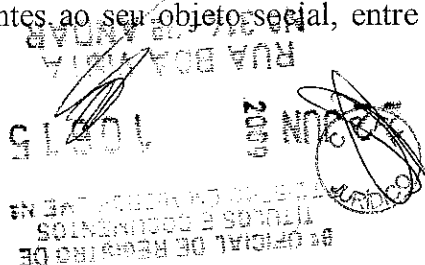
33

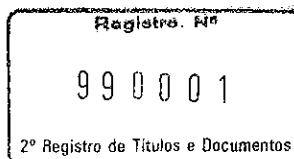
Handwritten signature or mark.



obrigações nos termos da presente Escritura e da Fiança, ou para a realização da Emissão, exceto pelo registro da Escritura na JUCESP, nos cartórios de registro de títulos e documentos competentes, da Emissão na CVM e o registro das Debêntures junto ao SDT, ao SND e ao BOVESPAFIX, as quais estarão em pleno vigor e efeito na data de liquidação;

- (e) a celebração da presente Escritura e a outorga da Fiança, não infringem qualquer contrato ou instrumento dos quais a Garantidora seja parte, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, (ii) criação de qualquer ônus ou gravames sobre qualquer ativo ou bem da Garantidora, exceto por aqueles já existentes na presente data, (iii) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos;
- (f) as demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006 e as demonstrações financeiras relativas aos trimestres findos em 31 de março de 2009 e 2008, apresentam de maneira adequada a situação financeira da Garantidora nas aludidas datas e os resultados operacionais da Garantidora referentes aos períodos encerrados em tais datas. Tais informações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum impacto adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a Garantidora fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Garantidora, não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Garantidora.
- (g) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação pendente ou iminente envolvendo Garantidora perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro, que possa impedir a outorga da Fiança;
- (h) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (i) as informações sobre a Garantidora constantes dos Prospectos são suficientes para o conhecimento sobre os negócios da Garantidora, sua situação financeira e dos riscos inerentes ao seu objeto social, entre outras





informações relevantes à tomada de decisões dos investidores, na extensão exigida pela legislação aplicável; e

- (j) não omitiram, ou omitirão, nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Garantidora em prejuízo dos Debenturistas.

CLÁUSULA XII DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Comunicações

As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ

Rodovia Campinas Mogi-Mirim, nº 1.755, Km 2,5 – parte - Jardim Santana

13088-900 - Campinas – São Paulo

At.: Sr. José Antonio de Almeida Filippo

Diretor de Relações com Investidores

Telefone: (19) 3756-8704

Fac-símile: (19) 3756-8777

E-mail: jfilippo@cpfl.com.br

Para o Agente Fiduciário:

APORTE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Avenida Getúlio Vargas, 1300 – 18º andar – Bairro Funcionários

30112-021 – Belo Horizonte – MG

At.: Sr. Fernando Resende

Telefone: (31) 3269-8100

Fac-símile: (31) 3269-8100

E-mail: fernando.resende@aportebhdtvm.com.br

Para o Banco Mandatário:

Banco Bradesco S.A.

Cidade de Deus, s/n.º, Prédio Amarelo Velho, 2º andar

06029-900 – Osasco – SP

At.: Sr. José Donizetti de Oliveira

Tel.: (11) 3684-3749

Fax: (11) 3684-2714

E-mail: 4010.donizetti@bradesco.com.br



9891901 2009

1061586

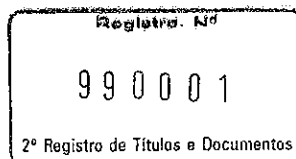
22 JUN 2009

ORIGINAL DE TÍTULO DE CREDITO
SOLICITADO E SUBSTITUÍDO
EM 22/06/2009



35

Handwritten signature.

**Para a CETIP**

Rua Líbero Badaró, 425/24º andar
São Paulo, SP - CEP 01009-000
Tel.: (11) 3111-1596
Fax: (11) 3111-1564

Para a BM&FBOVESPA

Rua XV de Novembro, 275.
São Paulo - SP
CEP 01013-001
Tel.: (11) 3233-2222
Fax: (11) 3233-2061

As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios, por fax ou por telegrama nos endereços acima. Os originais dos documentos enviados por fax deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.

12.2. Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.3. Custos de Registro

Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados à esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

12.4. Lei Aplicável

Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

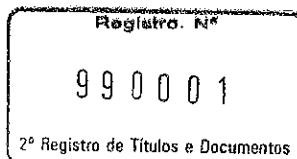
1061586

22 JUN 2009

SE OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM 10/06/2009 Nº



Handwritten mark



12.5. Foro

Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 18 de junho de 2009

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ

Paulo Cezar C. Tavares
Nome: **Paulo Cezar C. Tavares**
Cargo: **Diretor de Gestão de Energia**

José Marcos Chaves de Melo
Nome: **JOSÉ MARCOS CHAVES DE MELO**
Cargo: **Diretor Administrativo**
RG 05.884.247-7
CPF: 730.497.867-87

APORTE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

Fernando de Faria Resende
Nome: **FERNANDO DE FÁRIA RESENDE**
Cargo: **DIRETOR**

José Marcos Chaves de Melo
Nome: **JOSÉ MARCOS CHAVES DE MELO**
Cargo: **Diretor Vice Presidente Administrativo**
RG 05.884.247-7
CPF: 730.497.867-87

CPFL ENERGIA S.A.

Paulo Cezar C. Tavares
Nome: **PAULO CEZAR C. TAVARES**
Cargo: **Diretor Vice-Presidente de Gestão de Energia**

José Marcos Chaves de Melo
Nome: **JOSÉ MARCOS CHAVES DE MELO**
Cargo: **Diretor Vice Presidente Administrativo**
RG 05.884.247-7
CPF: 730.497.867-87

Testemunhas:

Brayner M. Simões Tavares
Nome: **Brayner M. Simões Tavares**
CPF: **206.244.961-04**

José Moreira Batista
Nome: **José Moreira Batista**
CPF: **RG: 44.537.508-7 - SSP/SP**
CPF: 311.029.788-13



2º RTD - 2º Of. de Registro de Títulos e Documentos
Rua Guajará, 197 - (31) 3224-1788 - BH - MG CEP 30180-100

2º RTD - BH - Sinônimo de Eficiência e Qualidade
Visite nosso site: www.rtdbh.com.br

Apresentado hoje, protocolado, registrado,
microfilmado e digitalizado sob nº

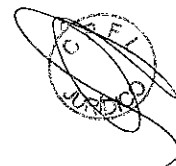
990001

Belo Horizonte,

19 de Junho de 2009

EMOLUMENTOS:
PECC 761,84
TX. FISCAL 45,58
TOTAL 203,93
1.061,35

() GETÚLIO SÉRGIO DO AMARAL - OFICIAL () RONISSA M. DO AMARAL VOF. SUBSTITUTA
() ALVINA J. G. DO AMARAL - SUBST () SIMONYA. MONTEIRO - SUBST () HUMBERTO G. DO AMARAL - SUBST



90 **OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS**
R.T.D.R.J. E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA CAPITAL
Rua Boa Vista, 314 - 2º andar - CEP 01014-000 - São Paulo - SP - Pabx (11) 3101-4501
CNPJ: 68.157.367/0001-28 Alfredo Cristiano Carvalho Homem - Oficial de Registro

APRESENTADO, PROTOCOLADO, DIGITALIZADO E REGISTRADO
EM MICROFILME, NO LIVRO "A" SOB NÚMERO E DATA CONSTANTE
DA CHANCELA MECÂNICA EXARADA NESTE DOCUMENTO

SÃO PAULO, 22/06/2009

Substitutos do Oficial

CAMILE C. HOMEM RULO / RICARDO NARANJO / EDER CASTRO RESENDE / MARCELO A. PINHEIRO

EMOL R\$:	EST R\$:	IPE R\$:	RC R\$:	TJR R\$:	TOTAL R\$:
6.406,30	1.820,75	1.348,69	337,17	387,12	10.250,02

SELOS E TAXAS RECOLHIDAS POR VERBA

01061586

22 JUN 2009 1061586
RUA BOA VISTA
Nº 314 - 2º ANDAR

OFICIAL DE REGISTRO DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS
REGISTRO EM MICROFILME Nº